

ENTRE “MALAS” E “GATOS VELHOS”: ORGANIZAÇÃO ESPACIAL/RESIDENCIAL E REPRESENTAÇÕES MORAIS EM UMA PEQUENA CIDADE DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Wellington da Silva Conceição

Universidade Federal do Tocantins | Tocantinópolis - TO - Brasil

Watilla Cirqueira Leite

Universidade Federal do Tocantins | Tocantinópolis - TO - Brasil

Eva Pereira Régis

Universidade Federal do Tocantins | Tocantinópolis - TO - Brasil

submissão: 12/02/2020 | aprovação: 29/10/2020

RESUMO

O presente trabalho resulta de uma pesquisa realizada na pequena cidade de Tocantinópolis, Tocantins, a partir de uma investigação em dois bairros dessa cidade, os quais surgiram de políticas públicas de moradia popular. O objetivo deste artigo é discutir a relação entre a organização urbana da cidade de Tocantinópolis e a representação moral (por parte dos demais cidadãos) em torno dos sujeitos que habitam os dois bairros periféricos que foram os locus da nossa pesquisa. As atuais representações sobre esses bairros e seus moradores – manifestada na fala dos outros habitantes da cidade, nos discursos dos representantes do poder público e nas notícias apresentadas pelos veículos de comunicação local – estão relacionadas a uma percepção “moralmente poluída” desses sujeitos: esses seriam criminosos (ou potenciais), poucos civilizados e dados a comportamentos promiscuos. No trabalho de campo realizado nesses bairros, observamos duas categorias, as quais revelavam representações estereotipadas dos seus moradores e que utilizaremos para nortear nossa reflexão: “mala” e “gato velho”. Explicitaremos os sentidos dessas categorias e seus usos e efeitos nas possíveis interações.

Palavras-chave: Tocantinópolis; cidade pequena; organização espacial; estigma; representação social.

**AMONG “MALAS” AND “GATOS VELHOS”:
RESIDENTIAL/SPACE ORGANIZATION AND
MORAL REPRESENTATIONS IN A SMALL
TOWN OF THE BRAZILIAN AMAZON**

ABSTRACT

This article is the result of a survey carried out in the small city of Tocantinópolis (TO), from an investigation in two neighbourhoods of that city that have emerged from public housing policies. The purpose of this article is to discuss the relationship between the urban organizations of the city of Tocantinópolis and the moral representation (on the part of the other citizens) around the subjects that inhabit the two peripheral neighborhoods that were the locus of our research. Current representations of these neighbourhoods and their inhabitants – manifested in the speech of other inhabitants of the city, in the discourse of government officials and in the news broadcasted by local media – are related to a “morally polluted” perception of these subjects: they would be criminals (or potential ones), they are little civilized and they are used to promiscuous behaviours. In the fieldwork carried out in these neighbourhoods, we observed two categories, which revealed stereotyped representations of the residents, that we used to guide our reflection: “mala” and “gato velho”. We will explain the meanings of these categories and their uses and effects in possible interactions.

Keywords: Tocantinópolis; small town; space organization; stigma; social representation

**ENTRE “MALAS” Y “GATOS VELHOS”:
ORGANIZACIÓN ESPACIAL / RESIDENCIAL Y
REPRESENTACIONES MORALES EN UNA
PEQUEÑA CIUDAD DE LA AMAZONÍA BRASILEÑA**

RESUMEN

El presente trabajo resulta de una investigación hecha en la pequeña ciudad de Tocantinópolis, Tocantins, a partir de una investigación en dos barrios de esa ciudad, surgidos de las políticas públicas de vivienda popular. El propósito de este artículo es discutir la relación entre la organización urbana de la ciudad de Tocantinópolis y la representación moral (por parte de los demás habitantes de la ciudad) acerca de los sujetos que habitan los dos barrios periféricos que fueron el locus de nuestra investigación. Las representaciones actuales sobre estos barrios y sus vecinos -manifestadas en el discurso de los demás habitantes de la ciudad, en los discursos de los representantes del poder público y en las noticias presentadas por los medios locales- se relacionan con una percepción moralmente contaminada de estos sujetos: serían criminal (o potencial), pocos civilizados y dados a comportamientos promiscuos. En el trabajo de campo realizado en estos barrios, observamos dos categorías, que revelaron representaciones estereotipadas de sus habitantes y que usaremos para orientar nuestra reflexión: “mala” y “gato velho”. Explicaremos los significados de estas categorías y sus usos y efectos en posibles interacciones.

Palabras clave: Tocantinópolis; ciudad pequeña; organización espacial; estigma; representación social

1. INTRODUÇÃO

As dinâmicas da distribuição espacial dos sujeitos nas cidades nos revelam bem mais do que uma simples posição geográfica. Isso se torna explícito quando, por exemplo, observamos as classificações de alguns espaços nas grandes, médias e pequenas cidades a partir de categorias como “favela”, “periferia”, “muquifo”, entre outras. Essas classificações demonstram hierarquias habitacionais existentes nesses espaços, e como bem apontou Bourdieu (2008), essa forma de tipificação desigual dos lugares é, na verdade, uma estratégia que distingue os sujeitos que neles habitam. Como defendeu o próprio autor,

A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta (Bourdieu 2008:160).

As políticas públicas de moradia, em especial aquelas destinadas a grupos populares, muitas vezes são reflexo dessa hierarquia de pessoas “encarnadas” em uma hierarquia dos espaços. Vários estudos sobre projetos públicos de habitação no Brasil, a exemplo dos conjuntos habitacionais construídos no Rio de Janeiro nas décadas de 1960¹ (Brum 2012; Valladares 1980; Conceição 2015), destacam empreendimentos pautados por uma leitura estigmatizada dos “beneficiários” dessa política (nesse caso, moradores das favelas cariocas), tanto por parte do poder público como dos demais cidadãos. Por isso, possivelmente, essas políticas públicas tenham privilegiado duas práticas em meio às suas ações: 1 - o afastamento dos “favelados” das áreas nobres da cidade, dificultando o fluxo deles nesses espaços, impedindo sua interação contínua com as classes mais abastadas; 2 - a inclusão desses sujeitos em um projeto disciplinar a partir da moradia, marcado pelo uso das formas arquitetônicas e por uma inclusão nos mercados de trabalhos menos valorizados², os quais procuravam embutir a identidade do bom morador (aquele que seria transformado pelo espaço urbano racionalizado) e do bom trabalhador (aquele cujo trabalho

1 Esses conjuntos habitacionais – como o famoso Cidade de Deus, em Jacarepaguá – foram construídos principalmente para receber moradores removidos de favelas que foram extintas no mesmo período, como as da Praia do Pinto, do Parque da Gávea e do Pasmado. Vale ressaltar que essas, como tantas outras, localizavam-se em áreas nobres da cidade.

2 Cf. Bonduki & Rolink (1982).

o molda)³. Tais práticas fariam desses sujeitos “corpos dóceis”⁴ (Foucault 2008) dentro do projeto desenvolvimentista do estado brasileiro.

São muitos os estudos de sociologia urbana sobre as políticas de moradia popular nas grandes cidades⁵, os quais abordam a estrita relação existente entre estas e as dinâmicas de organização/hierarquização dos espaços. Parte do senso comum – até mesmo dentro da própria academia – reconhece nas cidades de pequeno porte⁶ certa homogeneidade social, dividindo os perfis das moradias (e seus moradores) simplesmente entre zona urbana e zona rural, deixando de lado

a especificidade das dinâmicas presentes nas áreas urbanas. Neste artigo, queremos explorar a temática da desigualdade e da habitação popular a partir de um estudo de caso em uma cidade pequena da Amazônia brasileira.

A nossa pesquisa foi realizada em Tocantinópolis⁷, município de pequeno porte no Norte brasileiro, região do perímetro da “Amazônia legal”⁸. Tocantinópolis está ao norte do estado do Tocantins, com uma população de aproximadamente 23.000 habitantes e com mais de um século de emancipação. Possui expressivo grupo populacional de indígenas da etnia Apinajé

3 Referimo-nos ao trabalho como elemento disciplinador da pobreza, por meio das representações morais a ele filiadas. Como apontou Valladares (1991:89), “contra aqueles que insistiam em desacatar a ordem, só um caminho parecia viável: inculcar-lhes o hábito e a obrigatoriedade do trabalho, pois essa era a única forma de regenerar a sociedade. A ideia de moralizar os indivíduos pelo trabalho e a noção de que o trabalho é o elemento ordenador da sociedade são centrais no ideário dos legisladores e das elites brasileiras no período republicano”.

4 Segundo Foucault (2008), um dos principais objetivos das práticas disciplinares seria a maximização das potências do corpo para que o trabalhador se torne útil para a sociedade e, nesse projeto, tornam-se “corpos dóceis”, pois essa disciplina não só objetiva aumentar as forças do corpo em termos econômicos de utilidade (para o bom rendimento e aproveitamento do homem na fábrica, na escola etc.), mas também para a diminuir em termos políticos de resistência ao poder.

5 Entre eles, vale destacar: Bonduki (2011), Brum (2012), Cardoso & Lago (2013), Cavalcanti (2013), Ferreira dos Santos (1981), Harvey (2005), Jacobs (2013), Leeds & Leeds (1978), Machado da Silva (2016), Mello & Vogel (1981), Miagusko (2008), Valladares (1980).

6 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) costuma usar essa nomenclatura para identificar os municípios com até 50.000 habitantes.

7 Tal investigação está inserida dentro do projeto de pesquisa “Em outras favelas e periferias: um estudo sobre territórios da pobreza a partir das representações sociais dos moradores de Tocantinópolis (TO) e Porto Franco (MA)”, desenvolvido pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Territórios Populares e suas Representações (LaTPOR-UFT). Como parte desse projeto, tivemos a pesquisa de iniciação científica intitulada “Territórios populares e suas representações: um estudo sobre as políticas públicas de moradia em Tocantinópolis – TO”, realizada pela bolsista Watilla Cirqueira Leite (bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Cnpq) – entre os anos de 2017 e 2018 – e orientada pelo professor Dr. Wellington da Silva Conceição.

8 A Amazônia Legal é uma área composta por nove estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão), com municípios pertencentes à bacia amazônica e à área de ocorrência das vegetações amazônicas. Tal nomeação surgiu de uma contrapartida do governo federal, que identifica semelhantes problemas econômicos e sociais na região e procura promover políticas e projetos de desenvolvimento regional.

(quase 10% do total de habitantes do município), os quais vivem nos territórios de reserva demarcados.

A cidade era chamada de "Boa Vista do Tocantins", tendo recebido o nome de Tocantinópolis em 1943, após uma redistribuição administrativa do estado de Goiás (Halum 2008). A partir de 1988, passou a fazer parte do recém-criado estado do Tocantins. O município está em posição central dentro da microrregião "Bico do papagaio", a qual é composta por 25 cidades, com total de 198 mil habitantes. A sua posição de destaque nessa região decorre, principalmente, da presença de alguns equipamentos públicos, tais como hospital, cartórios, defensoria pública, juizados e fórum.

O local também tem importância turística, principalmente quando relacionado ao rio Tocantins, cujo curso passa pela cidade. Suas principais atividades econômicas são a exploração do babaçu, a agropecuária, os comércios e as indústrias. Outra característica relevante na configuração social e econômica deste município é a presença de um dos sete *campi* da Universidade Federal do Tocantins (UFT), o qual oferta quatro cursos de nível superior, tendo no quadro de discentes não só os moradores de Tocantinópolis, mas também pessoas residentes nas cidades mais próximas (do próprio Tocantins e da região sul do estado do Maranhão).

Vale ressaltar que Tocantinópolis, como a

maioria das cidades pequenas, é marcada pela pessoalidade (Prado 1998), onde "todo mundo conhece todo mundo", o que permite constante consciência e vigilância em relação aos atos alheios. Além disso, os valores tradicionais da região são aqueles ligados à moral conservadora e religiosa, representados como a forma correta de comportamento, como se fosse um manual de conduta. Esses valores também invadem a esfera pública, fazendo parte do projeto de governo municipal, possível de ser constatado, inclusive, nas inscrições constantes no portal de entrada da cidade, onde se lê: "Deus acima de tudo". Esse é o *slogan* da prefeitura, espalhado em todos os prédios públicos e nas peças publicitárias do município.

Em um breve inventário sobre as políticas de moradia de Tocantinópolis, encontramos a referência a dois bairros resultantes de projetos municipais da década de 90, são eles: Vila José Soares e Colina do Padre João (os nomes dos bairros, assim como das pessoas citadas, são fictícios). Nos dois casos, os moradores vieram de assentamentos precários e foram deslocados para as suas novas habitações, construídas e distribuídas pela prefeitura. Esses bairros foram escolhidos como *locus* da pesquisa, por serem resultado da ação de uma mesma política pública municipal de moradia popular em um dado período histórico (década de 1990) e por serem os dois

bairros (com essas características) mais próximos à região central da cidade.

As representações sobre esses bairros e seus moradores – manifestados na fala de outros moradores locais, nos discursos dos representantes do poder público e nas notícias apresentadas pelos veículos de comunicação local – estão relacionadas a uma percepção “moralmente poluída” desses sujeitos: eles seriam criminosos (ou potencialmente maus), pouco civilizados e dados a comportamentos promíscuos. Os moradores dessas localidades se esforçam para fazer uma “limpeza moral” de sua imagem e de seu espaço de moradia. Utilizamos a categoria limpeza moral, cunhada por Leite & Machado da Silva, para nomear as estratégias empreendidas pelos moradores de favelas para “afastar-se do mundo do crime, reivindicando não serem identificados com os criminosos, enfatizando a natureza pacífica e ordeira e seus padrões de moralidade burguesa” (Leite & Machado da Silva 2008:74). Para além da identificação como criminosos e de uma possível delimitação ao caso das favelas cariocas, entendemos que a limpeza moral também possa ser acionada para combater

outras representações estereotipadas e negativas que formam o estigma e que assolam os moradores de bairros periféricos e/ou estigmatizados, até porque, entre esses pobres urbanos, a prática criminosa não é o único tipo de comportamento reprovável, desvalorizado e/ou abominado entre as classes mais abastadas e pelo Estado: também o são, muitas vezes, suas práticas culturais e religiosas, suas formações familiares, seus arranjos econômicos, suas preferências políticas, suas expressões de sociabilidade, entre outros aspectos. Quase todas essas práticas e comportamentos são atribuídos a representações negativas e à responsabilidade de cunho moral de seus agentes.

Apesar de toda estratégia contra a classificação moral esteriotipada, o estigma⁹ em torno desses bairros e de seus moradores está enraizado no imaginário local, e qualquer esforço para modificarem a si e a imagem que se tem de onde eles habitam parece ser em vão. Essas iniciativas parecem não surtir grandes efeitos nas dinâmicas de sociabilidade, mantendo os seus habitantes prisioneiros das imagens pré-concebidas a que eles foram expostos.

9 Ao trabalharmos com essa categoria, referimo-nos aos usos que Goffman (1982) faz dela. Segundo o autor, o termo foi criado na Grécia Antiga, a fim de nomear marcas feitas em corpos, evidenciando “alguma coisa extraordinária ou má sobre o status moral de quem os apresentava” (1982:11). No contexto atual, essa categorização serve para indicar as marcas socialmente atribuídas às pessoas que não correspondem à ideia generalizada do “comum” e/ou “normal” e que, por isso, estão inabilitadas à aceitação social plena. O autor ressalta, ainda, que o estigma, que é uma construção social, está mais relacionado às interações do que aos atributos que o compõem, podendo variar de uma sociedade para outra: “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, honroso nem desonroso [...]. Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (1982:13).

Optamos por fazer uma pesquisa sobre esses bairros, seus moradores e as interações com os demais agentes da cidade utilizando os seguintes recursos metodológicos: análise de documentos (selecionamos como recorte matérias jornalísticas – em jornais impressos e em páginas de internet – que traziam referências sobre a formação e o cotidiano desses bairros), observação direta e entrevistas e conversas com interlocutores. Esses dois últimos recursos foram utilizados nas incursões feitas na Vila José Soares e na Colina do Padre João, entre os anos de 2016 e 2018.

O objetivo deste artigo é discutir a relação entre a organização urbana da cidade de Tocantinópolis e a representação moral – por parte dos demais cidadãos e do governo local – acerca dos sujeitos que habitam dois dos seus bairros periféricos que resultaram de políticas voltadas para a moradia popular. No trabalho de campo realizado nesses bairros, observamos que o local de moradia é tomado como um elemento definidor – especialmente para os demais cidadãos – da identidade de seus habitantes e também dos seus valores morais. Eles podem ser observados em duas categorias com as quais nos deparamos no decorrer da pesquisa e que revelaram representações estereotipadas dos moradores (e que utilizaremos para nortear

nossa reflexão), são elas: “mala” (na colina do Padre João) e “gato velho” (na Vila José Soares). A seguir, explicitaremos os sentidos dessas categorias e seus usos nas possíveis interações.

Este artigo tem a seguinte estrutura: começamos abordando uma discussão sobre o uso da sociologia urbana como ferramenta de análise para a compreensão das dinâmicas sociais de uma cidade de pequeno porte do interior do Brasil. Em seguida, apresentamos cada um dos bairros citados, o histórico de sua formação e a representação geral dos seus moradores na cidade. A seguir, apresentamos, então, o sentido das categorias “mala” e “gato velho” e seus usos nas interações em Tocantinópolis. Por fim, há uma breve conclusão, apontando para possíveis desdobramentos.

2. A SOCIOLOGIA URBANA DA PEQUENA CIDADE

Segundo Noel & Segura (2016) e Noel (2016), as Ciências Sociais sempre viveram diante de uma dicotomia entre o rural e o urbano, em uma divisão disciplinar na qual o rural era objeto da Antropologia, geralmente encontrado em realidades e lugares radicalmente diferentes da cultura ocidental. Já a Sociologia se ocupava das cidades, mas, nesse caso, das metrópoles, cuja

importância para os estudos urbanos tornaram-se referências não só na Sociologia, mas em diferentes áreas do conhecimento. Essa divisão passou a perder parte do seu sentido, não só pela inserção da Antropologia nas grandes cidades, mas também por um questionamento do que seria o “urbano”. Segundo os autores citados, a categorização de urbano é bem mais heterogênea e múltipla do que comumente se acredita, sendo a metrópole apenas uma das suas facetas – embora a mais chamativa e impactante.

Como esses estudos que centram o urbano na metrópole têm origem na Europa e nos Estados Unidos, Noel & Segura (2016) defendem que esse modelo não deveria ser aplicado da mesma forma na América Latina. Tal prática, segundo esses autores, “producen como parte de sus principales consecuencias epistemológicas una generalización indebida construida sobre la base de lo que o es más que un caso peculiar y anómalo” (Noel & Segura 2016:18). Em nosso continente, ainda na perspectiva desses autores, as cidades pequenas e médias assumem um importante papel no cenário econômico e social dos países, deixando muitas vezes de se caracterizar somente como centros de produção agropecuária. Os instrumentos de compreensão do universo rural tornam-se insuficientes para a análise de muitas das dinâmicas e interações sociais presentes nesses lugares.

Leeds & Leeds (1978) já apontavam – na década de 1970 – que as pequenas cidades brasileiras se caracterizavam por um forte *ethos* urbano, especialmente se elas se consolidam como centros administrativos. Esse *ethos* se revelaria por meio de dois fatores (Leeds & Leeds 1978:92): a “inter-relação complexa” (possível por conta do grande número de especializações técnicas, sociais, administrativas e políticas) e o “aparato físico” (como a presença de variados equipamentos públicos, sistemas de comunicação e transporte). Essas funções e sua importância decorriam, sobretudo, da organização capitalista da sociedade brasileira, e o capitalismo, para esses autores, teria uma identidade eminentemente urbana, presente para além das metrópoles.

Outro ponto destacado por Noel (2016), tendo como exemplo cidades de pequeno porte da Argentina, é o fato de o número de habitantes se tornar irrelevante na definição do urbano: a presença de indústrias, atividades militares, ecológicas e de turismo insere cidades pequenas e médias em uma cultura urbana.

E, além do que já citamos, existem ainda os meios de comunicação. É comum os principais deles serem sediados nas grandes metrópoles, divulgando, seja no jornalismo ou na ficção, uma forma de vida urbana, a qual se torna íntima dos

telespectadores das médias e pequenas cidades, incorporando-se nas suas representações e formas de sociabilidade¹⁰. Mas temos aqui também uma via de mão dupla. Ritmos, canções e artistas que surgem em pequenas e médias cidades brasileiras¹¹ são amplamente consumidos nas grandes metrópoles, a partir, por exemplo, dos mesmos meios de comunicação e, ao que nos parece, não como “cultura exótica”, mas como uma novidade que atende aos critérios do entretenimento urbano, visto sua rápida adesão e popularização.

Diante das médias e pequenas cidades, é necessário superar a “tentação da aldeia” (Magnani 1996) e empreender um exercício que tome o urbano como chave de análise. Como afirma Blanc (2016:98),

a cidade (mais precisamente o urbanismo – como modo de vida) exerce seus efeitos para além das suas fronteiras (WIRTH, 1979). Se por um lado tal ponto de partida nos reenvia a uma apreensão do urbano como microcosmo da vida social na atualidade, ou do modo de vida urbano como ícone do modo de vida contemporâneo, inspira a refletir sobre a diversidade de efeitos possíveis, ou suas gradações. Mais do que pensar sociologicamente a partir de outras posições (ou

“tamanhos”), é interessante analisar seus diferentes horizontes de possibilidades.

No caso de Tocantinópolis, estamos lidando com o que Blanc (2016) chamou de “modos de vida pequeno-urbanos”. Logicamente, tais contextos apresentam diferenças em relação às grandes metrópoles. Essa forma de vida urbana é altamente marcada – como já dissemos anteriormente – pela personalidade, classificada por Prado (1998) como definidor do modo de vida da cidade pequena brasileira.

Com essa e outras características, encontramos na cidade, objeto de nosso estudo, uma manifestação particular e específica da forma urbana com elementos existentes nas grandes metrópoles – como a formação das hierarquias espaciais/residenciais –, com tons diferenciados por causa do modo “pequeno-urbano” de ser – como a personalidade, por exemplo. Sendo assim, acreditamos que a sociologia urbana oferece ferramentas eficientes para o entendimento da dinâmica espacial urbana em Tocantinópolis e sua relação com as práticas de segregação/hierarquização ali presentes.

10 Segundo Noel (2016:87), “en una economía intensiva en servicios y en un mercado de consumo mediado por los medios electrónicos de comunicación masiva y las tecnologías de la información, cuanto más pequeña una localidad más razonable parece esperar que sus habitantes se muevan en busca de aquello que sus propias ‘comunidades’ no pueden proveerles”.

11 Podemos citar as cantoras do “feminejo” – como Maiara e Maraisa, Marília Mendonça, Simone e Simaria –, a dupla de “Pop country” AnaVitória (de Araguaína, Tocantins – a 150 km de Tocantinópolis), entre outros.

3. OS “MALAS” DA COLINA DO PADRE JOÃO

Quando algum forasteiro é alertado sobre os perigos de Tocantinópolis, a Colina do Padre João é um lugar sempre citado. Sobre sua origem, a versão presente nos livros que falam da história da cidade, e confirmada por nossos interlocutores durante a pesquisa de campo, diz ser o bairro formado a partir de um terreno desapropriado (cuja posse era da empresa Tocantins Babaçu S. A. – TOBASA¹²), que, aos poucos, foi ocupado pelas famílias que migraram para a área urbana devido ao processo de demarcação das Terras Indígenas Apinajé, entre os municípios de Tocantinópolis, Maurilândia e Cachoeirinha, no final da década de 1980.

Uma das principais referências para se obter dados históricos acerca do bairro Colina é o livro de Sousa (2008), um professor e escritor local que fez um estudo sobre o processo de urbanização da cidade. Registra-se, nesse livro, os primeiros moradores do bairro Colina que iniciaram o processo de ocupação da área ociosa. O nome “colina” vem do fato de o terreno estar em uma das partes mais altas da cidade.

O autor também afirma que o bairro passou a ter a atual denominação a partir de 1994,

época na qual a prefeitura fez a desapropriação do loteamento e iniciou a construção do maior conjunto habitacional da cidade, o complexo formado pelos bairros Colina do Padre João e Colina do Padre João II¹³. Para a construção das casas populares, o poder público local firmou convênio com a Caixa Econômica Federal e com a Fundação Nacional de Saúde.

Ainda segundo o livro, e de acordo com os relatos de antigos moradores, antes da construção do conjunto habitacional, as ruas eram sem pavimentação e as casas eram cobertas de palha de babaçu, com paredes de taipa ou pau a pique. Houve um grande índice de casas queimadas na região, fato que motivou o prefeito da época a projetar e construir residências de alvenaria para a população mais pobre, no intuito de eliminar todas as casas de palha da cidade. Logo as vias foram pavimentadas, mas a estrutura das casas construídas ainda era muito precária, com rachaduras nas paredes, sem banheiro e sem análise ambiental. Seguiam um modelo padrão, com quatro cômodos, quais sejam: uma sala, uma cozinha e dois quartos.

A literatura local apresenta como foi o período desse processo de urbanização da cidade, no qual

12 A TOBASA Bioindustrial de Babaçu S/A é uma empresa brasileira, sediada em Tocantinópolis, que tem em seu parque industrial a maior fábrica de carvão ativado de coco da América Latina. Além do carvão ativado, ainda produz outros itens a partir da extração do coco de babaçu, como óleo, biomassas energéticas, farinhas amiláceas e álcool amiláceo.

13 Tratam-se de dois bairros distintos, construídos a partir de um mesmo projeto habitacional. No entanto, somente o Colina do Padre João foi objeto da nossa investigação, por ser maior, mais próximo à região central e por ter a representação mais estereotipada entre os cidadãos.

foram construídas 4.500 residências, sendo eleito “o melhor projeto do Tocantins” (Bandeira 2003:74)¹⁴.

Com a construção das casas cresceu o êxodo rural e provocou a emigração voluntária de gentes desabrigadas – sem moradia – de municípios contíguos, e até do estado do Maranhão. Esse fenômeno populacional repentino, sem estudo de um meio socioeconômico sustentável, já tem trazido consequências preocupantes, tais como o banditismo, a delinquência e a prostituição infantil (Bandeira 2003:76).

Com o êxodo rural, o “sonho da casa própria” e a ausência de oportunidade no campo suscitaram o aparecimento de inúmeros desempregados, subempregados e marginalizados na periferia, ampliando ainda mais os problemas sociais já existentes no município [...], construiu-se as casas, mas aumentou a pobreza, a delinquência e a prostituição (Sousa 2007:17).

Os dois trechos apresentam como se deu a construção das casas e, de certa forma, como se desenvolveu o imaginário popular em torno dos beneficiados. Percebe-se, então, que a própria literatura local estereotipa as pessoas saídas do

campo para ocuparem o espaço do bairro. Os autores locais associavam a pobreza ao crime e à imoralidade e, assim, construíam (e/ou explicitavam) as representações desses novos agentes urbanos.

Uma literatura mais recente, especialmente nos relatos jornalísticos, age no sentido de reproduzir essas representações. O principal portal de notícias da cidade e da região apresenta – na sua maioria – notícias sobre esse bairro ligadas a crimes¹⁵. Segundo Régis (2017), no geral, são notas sobre jovens, entre 14 e 23 anos de idade, os quais praticaram algum delito: furto, porte ilegal de armas ou tráfico de drogas. Isso significa dizer que as pessoas com acesso a essas notícias

reforçam a classificação do bairro como violento e perigoso e os moradores dele como bandidos e criminosos. A partir da forma como os moradores do bairro são moralmente classificados nos textos da mídia local, acreditamos nela não se questionem

14 A avaliação de tal projeto é certamente parcial, já que aparece na biografia do político local responsável por tais obras, José Bonifácio, que foi prefeito da cidade por três vezes nas décadas de 1990 e 2000. Aliás, podemos dizer, a partir dos dados encontrados, que a formação dos bairros populares da cidade de Tocantinópolis está ligada a estratégias de aquisição de capital político. As políticas públicas de moradia na Colina do Padre João e da Vila José Soares (entre outros) estão diretamente relacionadas ao Sr. José Bonifácio (mais do que ao órgão realizador, no caso, a prefeitura). Elas são representadas tanto pelo autor do livro citado (Bandeira 2003), nos meios de comunicação e na fala de moradores como “obras do Bonifácio”. Essa característica do político empreendedor e preocupado com os mais pobres permitiu que a sua “dinastia” se mantivesse no poder: o irmão teve dois mandatos e o atual prefeito (eleito em 2016) é o seu filho, que fez campanha utilizando o nome “Paulinho do Bonifácio”.

15 Das sete notícias publicadas sobre o bairro entre janeiro de 2019 e agosto de 2020 (nesse caso, a busca foi feita pelo nome real da localidade), uma citava o problema de falta d’água e as outras seis estavam relacionadas a crimes. Neste e em outros meios de comunicação virtual da região (*sites*), observamos um padrão: o endereço do noticiado (bairro/setor) só se torna destaque na matéria quando se trata de morador de um dos bairros populares. Apesar de não encontrarmos referências a moradores de outros bairros da cidade na temática violência, ressaltamos que qualquer outro tipo de notícia não dá importância a essa informação.

as representações estereotipadas, tornando-se uma das principais responsáveis por difundi-las.

Segundo alguns dos nossos interlocutores no bairro¹⁶, dizer-se “na rua” (referem-se ao centro da cidade) morador da Colina sempre gera desconfiança, pois, nessa experiência de interação, revela-se o estigma em torno do bairro e seus efeitos. Ouvimos, ainda, de boa parte dos interlocutores, que se o morador for comprar algo a prazo no comércio local, em cujo sistema de vendas a prazo ainda se utilizam crediários e carnês (um sistema de confiança existente nos interiores, graças à pessoalidade), precisa comprovar o endereço, a renda (como qualquer outro habitante da cidade) e, mesmo assim, ainda tem o crédito limitado por causa do local onde mora.

Hoje, a representação de “área perigosa” do bairro está, sobretudo, relacionada à juventude local. Assim como Machado da Silva & Leite (2004) observaram no contexto do Rio de Janeiro, são os jovens que personificam os “problemas da favela”¹⁷. Os jovens desempregados, muitas vezes, são estigmatizados dentro do próprio bairro por essa condição. Uma das interlocutoras, a senhora Joana – casada, professora, a qual mantém um

negócio no bairro –, disse certa vez: “se vê algum jovem do setor parado de forma suspeita, já sabe o que está fazendo” (comunicação pessoal, 2017). Sua intenção foi dizer que estariam fazendo algo errado ou estariam prontos para praticar algum crime.

Não existem, nesse bairro, muitos espaços públicos de lazer para a juventude. O único existente é um campo de futebol, de terra batida, sem estrutura, cuja denominação popular é “Maconhão” (reiterando o estigma sobre seus usuários). Nesse cenário, desenvolveram-se os estigmas para este lugar de violento, perigoso e com gente à margem da sociedade, os quais recaíram tanto sobre o bairro, quanto sobre os moradores.

Outro dia, em uma conversa informal com jovens moradores da região central, estes começaram a falar do bairro Colina. Paulo, de 18 anos, estudante universitário, falou ter sido morador do local e que “lá” é tranquilo. No entanto, disse ter sido onde teve contato com algumas drogas, afirmando ser um lugar de “mais fácil acesso ao crime e à perdição”. Os outros jovens presentes naquela conversa falavam que não se atreviam a “andar por aquelas quebradas”, por ser

16 Durante a pesquisa de campo nesse bairro, tivemos uma interação mais estreita com quatorze interlocutores, dos quais registramos entrevistas e conversas. Também utilizamos a mesma metodologia com oito moradores da região central da cidade para compreender a representação que fazem sobre a Colina do Padre João.

17 Esse processo de criminalização e estigmatização da juventude pobre e periférica pode ser registrado em outras grandes e médias cidades brasileiras, como registram, por exemplo, os trabalhos de Couto (2017) sobre Belém do Pará, Barreira (2009) sobre Fortaleza, Leal (2018) sobre a região Sul do Rio Grande do Sul, entre muitos outros.

violento, perigoso e “que lá só tem mala”.

Essa categoria (mala) nos chamou atenção. Ela tem um significado particular nessa região do norte do Tocantins e sul do Maranhão, naturalizada pelas pesquisadoras “nativas” e estranhada pelo pesquisador originário do Sudeste. Enquanto “mala”, em várias regiões do país, representa uma pessoa chata, desagradável (“pesada como uma mala”), no contexto local da pesquisa, trata-se de um criminoso ou de alguém com pretensões de praticar crimes. A categoria é muito próxima da “bandido”, muito utilizada na região Sudeste do país como uma classificação que, segundo Misse (1999, 2010), não só aponta criminosos, mas também criminaliza a pobreza, por meio de um processo de sujeição criminal¹⁸. O bandido, nesse contexto, a princípio, tem um estereótipo pré-definido: homem, jovem, negro e morador de favelas ou periferias. O mala tem um perfil físico

e social semelhante e, assim como os “bandidos”, vive nos bairros estigmatizados da cidade.

Percebemos o uso da categoria mala em dois contextos, a partir das falas dos nossos interlocutores: um pelos próprios moradores da Colina e o outro pelos demais moradores da cidade. Aos moradores de fora, o uso do termo é extremamente generalizador, colocando os habitantes desse bairro (“lá só tem mala”) dentro desse rótulo ou de filiados a esse tipo social. Entretanto, se o morador do bairro usar o termo mala para indicar outros moradores do mesmo local, identificamos aí um projeto de defesa diante da acusação moral, aquilo que Conceição (2018) chamou de “reendereço do estigma”¹⁹.

Tal afirmação fica clara nas falas a seguir. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que todos os moradores do local apresentaram o bairro como um lugar tranquilo, “apesar de...”. A interlocutora

18 A sujeição criminal “é um dispositivo, bastante específico, de criminalização da pobreza: ela separa e distancia as pessoas, dividindo-as, estamentalmente, em bandidos e não bandidos” (Teixeira 2015:125). Mais do que apontar a criminalidade como uma forma diferente de ocupação, a sujeição criminal coloca seu sujeito em uma esfera totalmente distinta daquela do não sujeito criminal, focando questões morais, comportamentais e até existenciais. Esse papel social (que geralmente chamamos de bandido) coloca o sujeito em uma categorização penal e esse processo contamina toda a sua identidade. Dependendo do seu grau de envolvimento no processo, não consegue ser sujeito de outra maneira, senão no crime. Somente um processo de conversão ou ressocialização, como o que se dá no mundo religioso ou dos projetos sociais (Teixeira 2015), permite avanços no desvencilhamento dessa identidade. Vale lembrar que o sujeito criminal, especialmente o bandido, “é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais” (Misse, 2010:17).

19 Segundo Conceição (2018:259), “para manter a imagem moral limpa ou para manter os efeitos da distinção, é necessário construir estratégias de manutenção da ‘ordem’ instituída, e a principal delas relaciona-se a criar formas de mostrar que os problemas os quais assolam o lugar não podem ser vistos como normais, mas como exceções não enquadradas à regra. Os sujeitos reconhecidos publicamente como aqueles que não se encaixam no projeto tornam-se ‘bodes expiatórios’ do problema local e sobre eles é direcionada a culpa de todos os problemas coletivos. A esses sujeitos (ou grupos) especificamente são endereçadas todas as acusações que são ou podem ser remetidas à coletividade, como uma estratégia de purificação da imagem. Chamo essa prática de reendereço do estigma”.

Júlia, por exemplo, nos disse: “A droga tá demais no nosso bairro. Tem muitas bocas de fumo. Passou de ruas com muitos bares para ruas com muitas bocas e muitos malas” (comunicação pessoal, 2018). Carla, outra interlocutora, nos trouxe o seguinte relato: “Tem a questão da droga e tem mais a questão de violência também. O bairro tem muitos pontos de droga, muitos conhecem esses pontos, alguns dos malas têm trabalho, mesmo assim traficam ou usam, sem necessidade” (comunicação pessoal, 2017). Adelaide, em meio a uma entrevista, ressaltou: “Em uma rua tem duas, três bocas de fumo, em outra tem cinco ou seis usuários. Muitos vêm de outros setores para usar e comprar drogas aqui” (comunicação pessoal, 2017).

A partir dessas falas, percebemos os moradores criando uma imagem positiva possível do bairro, para além dos “malas”. O lugar é bom, o problema são aqueles que se utilizam do bairro para fins criminosos ou para o consumo de drogas. Mostram, inclusive, que tais práticas não são exclusivas dos habitantes locais, pois também moradores de outros bairros frequentam o local para práticas ilícitas. Assim, se diferenciam: “nós” e os “malas”. O problema não é o bairro em si e nem a gente que vive nele, mas os poucos “malas” transeuntes de lá, os quais perturbam a paz local. Sem eles, o bairro poderia ostentar a imagem de “lugar tranquilo”. Essa necessidade de classificação moral

entre distintos agentes como prática de proteção social nos bairros pobres também foi identificada por Márcia Leite e Machado da Silva, em pesquisa com moradores de favelas cariocas:

Os moradores não só reconhecem que as quadrilhas de traficantes fizeram das favelas um local de violência, como deles fazem questão de se separar, como indica o uso frequente das categorias ‘nós’ *versus* ‘eles’ (ou “o cara”, “vagabundo”, “marginal” etc.) e “lá” [na “boca de fumo”] *versus* “aqui” [na “comunidade”]. E ressaltam a mudança do estatuto da violência nas favelas devido ao tráfico de drogas, demarcando suas temporalidades e modos diversos de conduta dos criminosos (Leite & Machado da Silva 2008:49).

Ao se dizerem pessoas de bem ou afirmarem que o bairro não é violento, os moradores criam estratégias discursivas para se esquivarem dos estereótipos assoladores, desenvolvendo mecanismos ou mesmo técnicas de manipulação do estigma. Vale ressaltar, no entanto, que o sistema de personalidade não permite um total anonimato do endereço: o imediato reconhecimento do morador do bairro limita as possibilidades de manipulação do estigma. Para Goffman (1982:51-52), existem dois perfis de portadores de estigma: o desacreditado e o desacreditável. O primeiro perfil se apresenta quando o estigmatizado assume características distintas já conhecidas ou imediatamente evidentes. Já o segundo, é aquele cujas razões do

estigma não são conhecidas ou imediatamente percebidas, sendo necessário acesso a informações prévias sobre os sujeitos estigmatizados. Se em qualquer grande cidade o morador de uma favela ou de outras formas de habitação popular – por ser um desacreditável – pode passar despercebido ou ileso quanto ao seu estigma, na cidade pequena, o morador de bairros como a Colina do Padre João e a Vila José Soares estarão sempre em evidência nas suas interações: a pessoalidade não lhes permite o anonimato necessário para fugirem do estigma que os assola, estando sempre na condição de descreditados.

4. VILA JOSÉ SOARES: AS “GATOS VELHOS” E A PRESENÇA DE UMA “UPP”

O bairro Vila José Soares, segundo os dados municipais da Secretaria da Saúde, tinha 1.901 moradores em 2017. Seu nome foi dado em homenagem a um ex-prefeito da cidade. O bairro surgiu mediante a construção de um conjunto habitacional, com casas de modelos populares, no ano de 1999. Assim como o bairro Colina, também foi ocupado, inicialmente, por pessoas que migraram das terras indígenas demarcadas ainda no início da década de 1990. Mesmo tendo um nome oficial e público, o bairro é mais conhecido

por um apelido, desde a sua fundação: “Vila Gato”. Segundo a fala de alguns moradores mais antigos do bairro, o início do povoamento local foi feito por muitas mulheres “mães solteiras”, e, por causa dessa marcante presença, o bairro ficou conhecido como “Vila Gato”, por ter a presença de muitas “gatos velhos”.

“Gato Velho” é uma outra categoria de acusação com a qual esbarramos em nossa pesquisa. Esse termo é popular na região. É utilizado para se referir às “mulheres livres”, no sentido de não possuírem uma relação afetiva formal (fazendo comparação ao gato, por ser considerado um animal livre), podendo relacionar-se afetuosamente com quem quiser. No geral, não há uma valorização dessa liberdade, ao contrário, está relacionada a um comportamento promíscuo, considerado prejudicial à moral familiar tradicional. O adjetivo – “velho” – procura denotar uma certa experiência que envolve os conhecimentos dos trâmites para o melhor exercício das atividades “moralmente condenáveis”.

Apesar de a primeira ser a versão mais difundida (citada pela maioria dos nossos interlocutores nesse local²⁰), existe uma outra, a qual nos foi relatada por um dos moradores antigos. Disse que o bairro é conhecido como “Vila Gato” pela

20 Nesse bairro, durante a pesquisa de campo, tivemos uma interação mais estreita com doze interlocutores, dos quais registramos entrevistas e conversas.

quantidade de gatos habitantes no local antes da urbanização, fenômeno possível pelo fato de este se localizar em uma baixada da cidade, por isso, muitas pessoas abandonavam gatos naquele lugar. A partir dessas falas, e das diferentes versões, podemos notar que esse nome atribuído ao bairro (de “Vila Gato”) impacta as diversas representações sociais construídas acerca desse espaço da cidade, pois as duas versões apontam para uma percepção estigmatizada do bairro: é local de moradia de pessoas com problemas morais ou um lugar abandonado, ocupado por animais de rua. De qualquer forma, é um espaço malquisto na cidade.

Nossa primeira incursão na Vila José Soares aconteceu no mês de maio de 2016. Ao passar por esse bairro, algo nos chamou a atenção. Uma casa simples, de alvenaria, envolvida por um muro feito com cercas de arame farpado e com uma inscrição na parede que dizia “Delegacia UPP – Soldados em Ação”. Estávamos a caminho de um compromisso agendado com outro informante,

mas, na volta, resolvemos passar em frente ao local e fazer uma foto²¹ para registro da pesquisa. Dentro das cercas de arame – em uma parte que a foto não alcançou –, encontrava-se um senhor sem camisa, em uma cadeira de rodas, sem as pernas e com paralisia no braço esquerdo. Resolvemos “puxar uma conversa” com aquele senhor, o qual parecia poder desvendar as nossas dúvidas. O uso do nome UPP²² era o que mais aguçava a nossa curiosidade sociológica, já que, até então, era uma marca registrada da política de segurança pública para favelas cariocas²³. Na brevíssima conversa com esse senhor, ele se apresentou como o Capitão Folha, responsável pela única UPP do estado do Tocantins, façanha sustentada com orgulho. Perguntado pelos seus soldados, disse que os mesmos estariam patrulhando por aí. Terminou a breve conversa afirmando ser conhecido em toda a cidade como Capitão Folha.

Ao tentar entender a cena, procuramos classificá-la a partir de outros fenômenos

21 Não apresentaremos tal foto neste artigo para garantir o sigilo da moradia e da identidade do informante.

22 As Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), presentes em algumas favelas cariocas, são “uma forma de ocupação por um determinado contingente policial com a finalidade de garantir a segurança local e, sobretudo, o cessamento da criminalidade violenta ligada ao tráfico de drogas nesses espaços” (Cunha & Mello 2011:371). Diferentemente da ação policial, a qual tinha até então no combate aos traficantes de drogas o seu principal objetivo nas favelas, as UPPs, segundo o Secretário de Segurança Pública José Beltrame, visam livrar a favela do controle ostensivo de criminosos – e “retomá-las para o Estado” – por meio de [...] “um novo modelo de segurança pública e de policiamento”, que busca promover a interação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas favelas. Orientam-se, segundo seus formuladores, pelos princípios da polícia comunitária (ou polícia de proximidade)” (Cunha & Mello 2011:372-373).

23 Ressaltamos que, posteriormente, esse modelo de política de segurança pública foi adotado em outros estados e municípios brasileiros.

conhecidos: seria ele o chefe de uma milícia²⁴ local, como aquelas presentes em algumas capitais do país? O título militar e a caracterização do espaço remetiam a essa forma de organização paramilitar. Somente o retorno ao local e uma conversa mais ampla poderiam nos oferecer o motivo daquela inscrição na parede da casa e seu significado na dinâmica social do bairro.

Alguns meses depois estávamos lá de volta, com gravador na mão, juntos ao famoso capitão, um personagem ímpar na configuração urbana daquela pequena cidade. Percebemos a simplicidade do interior da sua casa, mostrando que o mesmo não tinha qualquer luxo a ostentar, diferente dos chefes de milícias encontrados em algumas capitais brasileiras. Aliás, deixou claro não ganhar nada com o “serviço” exercido, e que fazia questão de se sustentar com sua pequena aposentadoria.

Logo, concluímos não se tratar de um grupo, mas de um exército de um homem só; e, apesar de escrever “UPP – Soldados em Ação” na parede externa de sua casa, não existiam outros com ele e nem o nosso anfitrião tinha qualquer relação com a vida militar. O

título de capitão é, na verdade, um apelido de juventude, segundo o qual foi lhe dado por um antigo prefeito da cidade, seu amigo de então. Capitão entendeu o apelido como uma missão, e o incorporou como parte de sua identidade. A origem “política” do nome é utilizada pra dar veracidade e valor à função que diz ocupar. Aliás, quando perguntado dos soldados, ele responde enfatizando essa relação: “Meus soldados são os vereadores, políticos e deputados. Dei uma patente para cada um deles” (comunicação pessoal, 2016).

Suas primeiras narrativas poderiam nos levar a entendê-lo como uma espécie de louco, do tipo que cria delírios em que ele mesmo acredita. No entanto, nas quase duas horas de conversa, pelo menos umas três pessoas o procuraram, chamando-o pelo nome de Capitão Folha. Respondia, com ar de autoridade, que estava ocupado e que deveriam passar mais tarde. Tal fato – aliado com outras informações colhidas durante o trabalho de campo – nos mostrava que realmente ele tinha uma importância na dinâmica social daquele bairro.

24 “Além dos traficantes, outra forma de controle armado aparece no cenário das favelas cariocas para participar da disputa de poder nesses territórios: são as milícias, geralmente remetida a grupos compostos por policiais (em atividade ou mesmo expulsos) e outros agentes do poder público, os quais passaram a controlar ilegalmente áreas anteriormente ocupadas ostensivamente por traficantes. As milícias, na maior parte dos casos, concentram suas atividades na cobrança de taxa a moradores e comerciantes, justificada por uma suposta proteção, e no controle de outras atividades informais como distribuição de TV a cabo e internet, fornecimento de gás de cozinha e transportes alternativos – motos, vans e kombis – e não mais pelo comércio de drogas ilícitas” (Conceição 2018:151-152). Vale ressaltar que os agrupamentos classificados como milícias não estão presentes somente nas favelas cariocas, mas em outras cidades (principalmente capitais) brasileiras.

Ao contar como chegou na Vila, afirma ter conseguido a casa graças ao contato com os políticos locais. Narra que um deputado determinou ao prefeito a doação de uma casa para ele em um dos conjuntos habitacionais em construção durante a década de 90. Acabou sendo uma casa da Vila José Soares, o lugar onde queria morar:

eu queria morar nessa vila por que já tinha o nome de Vila Gato. Diziam que estavam dando só para mulher. Aí, eu disse: “eu vou ser o chefe dessa mulherada lá” [risos]. E já fui implantando a delegacia com o apoio de todos. Hoje em dia aqui já tem muita casa de macho, mas no começo era só casa de mulher. Todo mundo aprovou e aí implantei a delegacia e os problemas são resolvidos aqui mesmo, não vão pra lugar nenhum (comunicação pessoal, 2016).

Sobre as razões da necessidade de uma delegacia naquele bairro, apresentou as seguintes justificativas:

A Vila aqui, as casas foram dadas só para mulheres, não para os homens. Aí, todo mundo queria um apoio. E devido ao meu conhecimento, como sou um veterano na cidade, me disseram “você já tem o nome de capitão, aí implanta uma delegacia na vila”. Falei com as autoridades da cidade e eles disseram que eu podia fazer esse negócio, que não tinha problema não (comunicação pessoal, 2016).

A necessidade da sua presença no local é mais do que a existência de um homem em um lugar habitado só por mulheres, podendo caracterizar o machismo patente na região. Também precisava estar lá, sobretudo, para o controle dos comportamentos, pois o público era de “mulheres sem homens”, indicando, para a sociedade local, a presença de gente de “moral duvidosa”.

Das atividades exercidas quando “capitão”, nos ofereceu o seguinte exemplo, reforçando o seu papel local e a estigmatização em torno das mulheres moradoras do bairro: “O cara vem aqui e fala: ah, minha mulher tá me botando chifre. Chamo o casal e na mesma hora é resolvido aqui sem precisar de ir lá no escritório²⁵. “Bote chifre nela também que tá pago. Pague na mesma moeda” [risos]” (comunicação pessoal, 2016).

Quanto ao nome UPP, percebemos dois sentidos para o seu uso. O primeiro, como uma forma de “pegar carona” na boa fama que as Unidades de Polícia Pacificadora tiveram entre os anos de 2008 e 2014. Isso ficou claro pelas vezes que ostentou que a sua delegacia era “a primeira UPP do estado do Tocantins”. A outra, é por perceber uma certa semelhança entre a sua rotina e as dessas unidades: como uma atividade de controle de comportamentos

25 O termo “escritório”, utilizado algumas vezes pelo nosso informante, serve para significar os organismos públicos da cidade, como a prefeitura, a polícia e os juizados.

e soluções de problemas do próprio bairro. Como o próprio Capitão disse: "Eu acho que é bom por que em cada bairro lá já tem um lugar para a solução dos problemas, pelo que eu vejo na televisão. Aqueles pequenos problemas são resolvidos lá no bairro. Tipo no Complexo do Alemão... já é resolvido lá mesmo" (comunicação pessoal, 2016).

Mas a percepção do Capitão sobre as UPPs cariocas não é infundada. Muitos pesquisadores apontam haver, na prática dessas unidades, uma clara proposta de normatização e disciplinarização dos moradores das favelas, indo desde os hábitos de consumo de energia a atitudes mais próximas do seu cotidiano. Como apontam Cunha & Mello (2011:392):

a reordenação do espaço urbano e da vida cotidiana da favela deflagrada pela implementação da UPP e pelo início da regularização urbanística objetiva instituir uma nova visão de mundo, à qual correspondam as novas práticas sociais exigidas de seus moradores. Trata-se, portanto, de transformar normas em valores.

Exemplifica esse processo o papel assumido pelos policiais de mantenedores e condutores da ordem moral e disciplinar no local. Carvalho (2013) descreve casos de policiais controlando os horários de festas particulares dos moradores

do Borel em suas próprias casas, pedindo para desligar o som ou até intimando os convidados a irem embora. Esses casos relatados não constituem uma exceção, mas, na verdade, explicitam um problema constante no cotidiano das favelas pacificadas: a condução, pela polícia, de uma suposta ordem natural das coisas (a partir da representação de "ordem" inscrita em seu *ethos* profissional). E "tendo em vista as representações que se tem sobre os territórios populares do Rio de Janeiro, essa ideia de manutenção da ordem vem junto a uma série de violações dos direitos civis" (Carvalho 2013:299), pois todos os moradores passam a ser penalizados e tratados como potenciais criminosos em uma área onde a polícia centraliza as ações. Essa forma de controlar o crime nas regiões com UPP é, ao mesmo tempo, um instrumento de controle e de domesticação de seus habitantes.

Reconhecendo nas UPPs cariocas uma prática de controle moral nas favelas, nosso Capitão sente-se à vontade para comparar sua iniciativa àquela do Rio de Janeiro, a qual pode ser acompanhada pelos noticiários. Vale lembrar ainda que, assim como pretende agir nosso interlocutor, as UPPs têm atuado como uma agência intermediária entre os moradores e os

demais agentes públicos e privados presentes (ou solicitados) na favela²⁶. Usando suas palavras, graças à presença das UPPs nos bairros (inclusive a sua), as pessoas não precisam mais resolver seus problemas “no escritório”.

O capitão Folha é, acima de tudo, um “empreendedor moral” agindo como “impositor de regras”, nos termos sugeridos por Howard Becker (2008). Os empreendedores morais, segundo este autor, podem ser de dois tipos: criadores de regras e impositores de regras. Sobre o criador de regras, esse (podendo ser uma pessoa ou um grupo) não se encontra satisfeito com as regras estabelecidas, encontrando nelas um mal perturbador. Por isso, tenta reformar as regras e age querendo impor sua moral particular aos do seu convívio, acreditando estar permitindo aos outros aderirem àquilo que é o melhor/correto/normal.

Quando uma cruzada de um criador de regras é bem sucedida, cria-se um novo conjunto de normas e, com elas, um novo conjunto de agências de imposição,

com destaque para os impositores de regras. A força policial²⁷ é, para Becker, o principal exemplo desse tipo de empreendedor moral. Ela é responsável não só por aplicar a regra vigente, mas também por estabelecer aqueles que cometem desvios – os *outsiders*. É importante ressaltar que alguns cometem desvios e não são feitos *outsiders*, dependendo, muitas vezes, da sua condição étnica/racial ou de classe.

A UPP do Capitão Folha só faz sentido dentro de um empreendimento moral: ela existe dentro de um bairro marcado por representações morais negativas, desde a sua origem. Independentemente de ser uma iniciativa particular, ela só faz sentido e ganha significado social à medida que se reconhece a necessidade do controle moral do espaço e de seus moradores, como as “gatos velhos”, habitantes do bairro desde a sua fundação.

5. CONCLUSÃO

Apresentamos, neste artigo, as representações em torno de dois bairros da cidade de Tocantinópolis

26 Rocha et al. (2018) apresentam uma etnografia das reuniões comunitárias promovidos pela UPP com moradores para mediar contato com certas agências públicas e privadas. Segundo os autores, essas reuniões, apresentadas como uma forma de participação popular, revelam mais uma vez a face controladora e disciplinar do projeto das UPPs: “Observamos nos dois casos como os moradores tentam, seja coletivamente ou individualmente, apresentar suas críticas ao poder público nos espaços que são criados no contexto das UPPs. Observamos ainda como frequentemente as reivindicações são descartadas a partir de formulações que se repetem nos diversos casos e situações etnografados: ‘não é o local ou momento adequado’, ‘vamos analisar o caso futuramente’ ou ainda ‘falta competência para entender o que estamos fazendo’. Aos moradores, portanto, sobra a estratégia de tentar romper esse muro de impossibilidades ajustando cada vez mais seu discurso às condições técnicas exigidas pelo estado” (Rocha et al. 2018:231).

27 O termo não se refere necessariamente à polícia como instituição, mas como uma prática de controle moral, que observa comportamentos com o objetivo de controlá-los, regulá-los ou puni-los (Cf. Becker 2008). O Capitão Folha está fora da polícia como instituição, mas, a partir da interação com nossos interlocutores, podemos concluir sua função policial na dinâmica da localidade.

– a Colina do Padre João e a Vila José Soares –, bem como as diferentes concepções dos habitantes em torno de si e dos moradores desses bairros. Tais representações sociais impostas aos seus moradores trazem em si o peso do estigma relacionado a rótulos, como o de ser pobre, bandido, criminoso, imoral ou qualquer outra característica a qual os menospreze, os inferiorize.

Essas características não estão generalizadas no imaginário social dos habitantes da Colina ou da Vila e nem sempre correspondem ao cotidiano desses locais. Registramos, por exemplo, uma heterogeneidade de ofícios entre os moradores desses bairros (autônomos, funcionários de indústrias, servidores públicos, empresários, estudantes universitários, comerciantes, entre outros), revelando uma pluralidade de rendas, valores, formações acadêmicas e práticas sociais distintas. A partir dessas representações, foi construído um esteriótipo sobre o morador daquelas localidades, solidificando-se na hierarquia habitacional da cidade. Talvez o estigma seja menos presente hoje se relacionado ao período da formação inicial dos bairros, mas ainda há forte discriminação por parte dos demais moradores da cidade.

Exploramos o uso de duas categorias nativas, que nos permitiram reafirmar as

palavras de Bourdieu, nas quais a classificação de espaços da cidade é uma classificação dos seus habitantes. Notamos, por exemplo, uma relação de gênero nos termos, visto que “mala” é uma palavra feminina, ao passo que “gato velho” é uma adjetivação masculina. Mais do que uma coincidência ou acaso, podemos ler tal inversão – ainda em forma de ensaio – como parte da representação estereotipada, sendo tão anormais e indesejados na estrutura social que se tornam indignos de identificação com os seus próprios gêneros, algo importante dentro de uma sociedade, cujos valores sociais defendidos são conservadores.

As representações sobre o bairro passam a fazer parte da identidade de seus moradores nos processos de interação com os demais cidadãos. No caso de Tocantinópolis, uma cidade pequena, a personalidade – como característica desses “modos de vida pequeno-urbanos” (Blanc 2016) – dá outro tom a esse processo de exclusão, se comparado às grandes cidades. Como já afirmamos anteriormente, na cidade pequena, os moradores de bairros como a Colina do Padre João e a Vila José Soares estarão sempre em evidência nas suas interações, já que a personalidade não lhes permite o anonimato necessário para fugir do estigma que os assola.

6. REFERÊNCIAS

Bandeira, A. A. 2003. *Bonifácio na história de Tocantinópolis*. Imperatriz: Ética.

Barreira, C. 2009. Representaciones sobre la violencia entre juvenes: Estigma, miedo y exclusión. *Espacio Abierto* 18:219-234.

Becker, H. S. 2008. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar.

Blanc, M. V. 2016. Para além das suas fronteiras? Pessoaalidade, conduta pública e trajetórias pequeno-urbanas. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* 15:78-95.

Bonduki, N. 2011. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do inquilinato difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade.

Bonduki, N., e R. Rolink. 1982. Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho, in *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. Editado por E. Maricato, pp. 177-154. São Paulo: Alfa & Ômega.

Bourdieu, P. 2008. Efeitos de lugar, in *A miséria do mundo*, pp. 159-166. Petrópolis: Vozes.

Brum, M. 2012. *Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ponteio.

Cardoso, A. L., e L. C. Lago. (Org.). 2013. *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Carvalho, M. B. 2013. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. *O Social em Questão* 16(29):285-308.

Cavalcanti, M. 2013. À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da 'PACificação'. *Dilemas* 6(2):191-228.

Conceição, W. S. 2015. Qual dos três é melhor de se morar?: uma análise de hierarquias habitacionais em um bairro popular carioca, in *Pensando o Rio: políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar*. Editado por R. Lima, M. Mello e L. Freire, pp. 75-96. Niterói: Intertexto.

Conceição, W. S. 2018. *Sossega, moleque, agora você mora em condomínio: segregação, gestão e resistências nas novas políticas de moradia popular no Rio de Janeiro*. Curitiba: Appris.

Couto, A. C. 2017. Entre a contribuição precária e os alglomerados de exclusão: a geografia do narcotráfico no espaço urbano de Belém. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/ccss/2017/03/inclusao-precaria-exclusao.html>. Acesso em: 21/12/2019.

Cunha, N. V., e M. A. S. Mello. 2011. Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. *Dilemas* 4(3):371-401.

Ferreira dos Santos, C. N. 1981. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Foucault, M. 2008. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.

Goffman, E. 1982. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Halum, C. 2008. *Municípios tocantinenses: suas origens, seus nomes*. Palmas: Provisão Gráfica e Editora.

Harvey, D. 2005. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume.

Jacobs, J. 2013. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

Leal, J. 2018. Guerra às drogas e criminalização da juventude: Da ilegalidade do entorpecimento à funcionalidade do anestesiamiento. *Dilemas* 11(2):191-211.

Leeds, A., e E. Leeds 1978. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Leite, M. P., e L. A. Machado da Silva. 2008. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?, in *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Editado por L. A. Machado, pp. 47-76. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Machado da Silva, L. A., e M. P. Leite. 2004. Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas do Rio de Janeiro, in *Rio: A democracia vista de baixo*. Editado por L. A. Machado, pp. 47-76. Rio de Janeiro: Ibase.

Machado da Silva, L. A. 2016. *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial.

Magnani, J. G. C. 1996. Quando o campo é a cidade, in *Na metrópole – Textos de Antropologia Urbana*. Editado por J. Magnani e L. Torres. São Paulo: EDUSP.

Mello, M. A. S., e A. Vogel. 1981. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Rio de Janeiro: IBAM/NUFEP.

Miagusko, E. 2008. Movimentos de moradia e Sem-Teto em São Paulo: Experiências no contexto do desmanche. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Misse, M. 1999. Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Misse, M. 2010. Crime, sujeito, sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. *Lua Nova* (79):15-38.

Noel, G. D. 2016. Las ciudades invisibles. Algunas lecciones teóricas y metodológicas surgidas del abordaje de aglomeraciones medianas y pequeñas en el límite de un *Hiterland* metropolitano. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* 15(45):66-77.

Noel, G. D., e R. Segura. 2016. La etnografía do urbano y lo urbano en la etnografía. *Etnografias Contemporáneas* 2(3):12-24.

Prado, R. 1998. Cidade pequena: paraíso e inferno da pessoalidade. *Cadernos de Antropologia e Imagem* (4):31-56.

Régis, E. P. 2017. "Lá tem muito mala": representações sociais sobre o Alto da Boa Vista I (Tocantinópolis-TO) e seus moradores. Trabalho de conclusão de curso (monografia), Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Universidade Federal do Tocantins, Tocantinópolis.

Rocha, L. M., M. B. Carvalho, e F. A. Davies. 2018. Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços de participação em favelas pacificadas do Rio de Janeiro. *Revista de @ntropologia da UFSCar* 10(1):216-237.

Sousa, C. A. O. 2007. *Repensando o turismo em Tocantinópolis: críticas e possíveis viabilidades*. Goiânia: Editora Kelps.

Sousa, C. A. O. (Org.). 2008. *Tocantinópolis: 150 anos de urbanização*. Goiânia: Editora Kelps.

Teixeira, C. P. 2015. Saindo do crime: Igrejas pentecostais, ONGs e os significados da ressocialização, in *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Editado por P. Birman, M. Leite, C. Machado e S. Carneiro. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Valladares, L. P. 1980. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

Valladares, L. P. 1991. Cem anos pensando a pobreza [urbana] no Brasil, in *Corporativismo e desigualdade: A construção do espaço público no Brasil*. Editado por R. Boschi, pp. 89-112. Rio de Janeiro: Rio Fundo/Iuperj.